

Algumas considerações acerca da arquitetura civil portugalense

Dr. David Almeida Eleuterio – david-alma@hotmail.com

Resumo.

O subsequente artigo incidirá na constituição da sociedade portuense desde a restauração da diocese portugalense até ao término do reinado de D. João II, inquirindo as metodologias edificativas adoptadas e a forma como estas caracterizaram a trajectória arquitectónica do burgo medieval. De forma a elucidar à exposição, centrar-nos-emos em alguns específicos estudos de caso, aos quais seguir-se-á uma análise das intervenções arqueológicas executadas, bem como das actuais políticas de requalificação optimizadas no Morro da Sé.

Palavras-chave: arquitectura civil, ordenamento territorial, património, sociedade portuense.

Abstract.

The following article will incite on the constitution of the portuense society since the restoration of the portugalense bishop until the end of the time of king D. João II, inquiring the edifying methodologies in use and the form how these ones characterize the architectural pathway from the medieval borough. In order to elucidate the presentation, it will focus in some specific cases, which will be followed by an analysis of the executed archeological interventions, as well as the current politics of requalification optimized at Morro da Sé.

Keywords: civil architecture, territory planning, heritage, portuense society.

“O burgo escondia-se entre fragas como um ninho bárbaro, que aves marinhas tivessem construído nalgum ponto inacessível da costa, para, enquanto caçavam sobre o mar, guardar a ninhada em segurança.”

Jaime Cortesão, 1967, in RAMOS, Luís A. de Oliveira (coord.), “História do Porto”, Porto Editora, Porto, 1995, pp. 123;

1. Considerações Iniciais

A frase introdutória, proveniente da obra de Jaime Cortesão, proporciona-nos uma clara síntese do portuense e do seu burgo. De facto, a Cidade do Porto, como bem salienta Armindo de Sousa, fez uso ao longo da Idade Média de suas condições naturais – “ «cidade sobre pedra», «lugar áspero e sem abastança mantimentos», «estéril e maninho», «seco» ... ”⁽¹⁾ – como autoqualitativos. Um documento que faz tais menções, no ano de 1368 ⁽²⁾, é para nós considerável, uma vez que adverte-nos que o emprego dessas observações não era ingénuo; com efeito, aplicavam-se em contextos específicos: nos pedidos de novos privilégios ou de manutenção dos já existentes, funcionando, desta forma, como um importante e rentável meio de solicitação régia da parte do poder local.

Todavia, os métodos e as classes envolvidas no ditar do poder local, desde a restauração da diocese portugalense (1113/14), até ao final do reinado de D. João II (1495) divergiram e estiveram susceptíveis tanto a influências internas como externas ao burgo, conforme demonstraremos subseqüentemente.

Porém antes de prosseguirmos, devemos alertar o leitor que, no que concerne a produção bibliográfica actualmente disponível para o argumento aqui tratado é em grande maioria escassa e parcial, composta por artigos, sucintas referências em publicações e notícias, as quais, em alguns casos, fazem uso exclusivamente de fontes secundárias. Além deste factor, a documentação gráfica e cartográfica existente é datável do século XVIII, a qual por vezes não regista consideráveis intervenções levadas a cabo na malha urbana medieval.

2. A Constituição da Sociedade e o seu Reflexo sobre as Arquitecturas Edificadas

Através de uma análise documental e dos vestígios materiais actualmente identificados para o período em questão, podemos incluir a cidade do Porto no panorama das principais cidades medievais portuguesas. Entre os meados do séc. XII e os finais do século XV, a zona intramuros do Porto ampliou-se de 3,5 para 44,5 hectares. Apesar das dimensões mínimas do burgo, se compararmos com outros centros europeus (ou até mesmo com Lisboa, com cerca de 103,6 hectares), era a quarta cidade em dimensão do reino (atrás da capital, de Évora e de Santarém – que na altura era vila) e a segunda em importância.⁽³⁾

⁽¹⁾ Cf. SOUSA, Armindo de, “Tempos Medievais”, in RAMOS, Luís de Oliveira (ed.), *História do Porto*, Porto Editora, Lda., Porto, 1994, pp. 120-125.

⁽²⁾ Fazemos aqui alusão aos dados provenientes do *Corpus Codicum*, vols. I e VI, Vereações de 1390-1395.

⁽³⁾ Para uma melhor compreensão do exposto Cf. SOUSA, Armindo de, “Tempos Medievais”, in RAMOS, Luís de Oliveira (ed.) ..., pp. 154-155.

Perante ao exposto, que papel desempenhava os grupos sociais portuenses nas diferentes fases do crescimento do burgo? Em que sectores da cidade instalavam-se? Que funções desempenhavam para o seu desenvolvimento? Que edificações erigiram e com que finalidade o fizeram?

Para que possamos oferecer algumas considerações a respeito das proposições assinaladas, devemos reconhecer que pelas ruas do Porto medieval, no segundo quartel do século XII, não circulavam apenas os descendentes dos que já habitavam o burgo até a concessão do foro de D. Hugo, mas inúmeros outros grupos sociais de proveniências e ascendências diversas. Eram “*francos, moçárabes, sarracenos, galegos, escravos e homens livres, fazendo girar liteiras, carros e bestas, mercadorias vindas de fora e produtos da terra por entre a massa de pedões.*” Além de “*clérigos, dos seus homens, dos laicos, dos pregadores, dos mercadores, dos «miles», dos «cives», do «judex», do meirinho, dos barreiros, ferreiros e tendeiros*”⁽⁴⁾, entre outros.

A sociedade portuense era diversificada, não só pela composição, mas inclusivamente pelo período cronológico a que nos referimos. Na constituição das suas «*redes sociais*» tornar-se-ia uma das marcas da cidade a influência do seu discurso político e económico, bem como as especificidades das suas complexas relações com a Coroa. De todas as medidas implementadas pelos diferentes monarcas, a mais importante consistia na proibição de qualquer indivíduo de estatuto relevante de viver ou até possuir casa dentro da cidade. Estas interdições proclamadas, “*desde provavelmente D. Dinis, se não antes, até o reinado de D. Manuel I*”⁽⁵⁾, seriam aplicadas primeiro à nobreza e mais tarde estendida aos dignitários do clero, contribuindo decisivamente para que o Porto adquirisse a conotação de cidade de mercadores e comerciantes. Durante grande parte do período medieval, foi em torno das convicções e privilégios da burguesia mercantil, e em forte oposição ao clero, que a cidade do Porto evoluiu.

Uma vez mencionado «*o clero*», devemos ter presente que este, para além de representar uma fatia considerável da população urbana (*arcediagos, chantres, deões, decanos e demais clérigos seculares*), suportava atrás de si um grande número de indivíduos, os ditos «*homens do bispo*», os quais eram responsáveis pelo desempenho de inúmeras actividades: desde o zelo pela integridade física do mesmo e a segurança do burgo, à manutenção do palácio episcopal, das propriedades da Igreja, (...)

⁽⁴⁾ Cf. OSÓRIO, Maria I. P., “*Cidade, Plano e Território – Urbanização do plano intra-muros do Porto ...*”, pp. 156.

⁽⁵⁾ Cf. BARROCA, Mário Jorge; CARVALHO, Teresa Pires de; GUIMARÃES, Carlos, “*Bairro da Sé do Porto ...*”, pp. 30.

⁽⁶⁾ Cf. OSÓRIO, Maria I. P., “*Cidade, Plano e Território – Urbanização do plano intra-muros do Porto ...*”, pp. 163.

⁽⁷⁾ Acerca da localização e do emprego do termo «*Cividade*» Cf. CORRÊA, Mendes, “*As Origens da Cidade do Porto (Cale, Portucale e Pôrto)*, Fernando Machado & C^a – Editores, 2^a Edição, Porto, 1935, pp. 45-74. Da referida obra, chamados particular atenção para a síntese dos documentos identificados como contendo o termo: *Cividade* (pp. 60-62). Na página 46, o autor menciona que o registo mais antigo no qual consta tal designação é datável do ano de 1307, pertencendo a um documento do *Censual do Cabido do Porto*. A localização da dita *Cividade*, segundo Mendes Correa, seria a zona onde no século XVI foi edificado o Mosteiro das Freiras de S. Bento da Ave-Maria (*actual sítio da Estação de São Bento*).

Pertencia aos membros do clero, ou à própria Igreja, a maior parcela imobiliária intra-muros. “Na relação de causalidade recíproca (...) entre espaço e sociedade, o clero terá tido um papel determinante, pela sua esmagadora presença na área e pela posição nuclear que detinham os seus espaços arquitectónicos.”⁽⁶⁾ Foi no sítio da Penaventosa e, posteriormente, na Cividade⁽⁷⁾ que constituiu-se o espaço de ocupação preferencial dos membros do clero.

No que se refere à «nobreza», esta segundo consta, durante a segunda metade do século XIII, parece progressivamente desaparecer do centro do burgo. De facto, as fontes disponíveis fazem menções “a doações ao clero de casas situadas na zona superior da cerca (...), como uma «Sancia Godini e Suerie de Vires milite Marito suo» referidos num documento de 1247, e, na Rua do Redemoinho, uma «domna Veste et de filliis suiz» e outra «Domna Husco» a primeira mencionada num manuscrito de 1221 e a segunda de 1232.”⁽⁸⁾ Para além disso, nenhum dos casos exposto representa um elemento da alta nobreza, o que induz Maria Isabel Osório a supor que mesmo antes da proibição régia da permanência de nobres no solo urbano, estes não exerceriam grande autoridade sobre o burgo.

De forma a explicitarmos o quanto o clero e a burguesia demonstravam-se contrários à presença de nobres, em 1436, nas Cortes de Évora, não foi concedida permissão a D. Afonso, irmão de D. Duarte, de edificar casas na cidade. Já em 1462, a condessa de Marialva desistiu de habitar o burgo. Por iniciativa régia “todo aquele que vendesse ou alugasse casas a fidalgos perdia os seus bens a favor da cidade e era expulso, e o fidalgo comprador perdia o preço da terra comprada”.⁽⁹⁾ As raras moradias pertencentes a nobres que encontram-se na cidade são de cronologia tardia e localizam-se em área extra-muros, como é o caso das Casas-Torres de João Gomes de Sá, edificadas no Terreiro da Cividade e, já no terceiro quartel do século XV, de uma Casa-Torre na Rua Escura, obra do alcaide Diogo Lourenço.⁽¹⁰⁾

Já os «mercadores» e os «homens bons» foram responsáveis pelas primeiras manifestações arquitectónicas do poder municipal. Nos referimos aos Paços do Concelho, erigidos na segunda metade do século XIV, junto a Sé. Como é sabido, previamente a construção deste edifício, as reuniões alargadas realizar-se-iam no Mosteiro de S. Domingos, mas já no ano de 1354 as secções ordinárias e rurais restritas efectuavam-se neste novo edifício, o qual todavia ruiu, segundo consta, por erros de construção, passando provisoriamente as secções para uma edificação em madeira à Norte da Sé Catedral. Porém, no ano de 1443, por obra de Gonçalo Domingues, efectuou-se o madeiramento de uma casa-torre em frente à Sé. Esta construção erroneamente identificada por «Casa dos 24», devido ao seu estado de eminente ruína, entre 1795 e 1796 foi demolido o seu andar superior. O processo de interdição definitiva deu-se em 25 de Abril de 1875, graças a um incêndio.⁽¹¹⁾

⁽⁸⁾ Cf. OSÓRIO, Maria I. P., “Cidade, Plano e Território – Urbanização do plano intra-muros do Porto ...”, pp. 158.

⁽⁹⁾ Cf. CASTRO, Aurora Teixeira de, “Monografia da Cidade do Pôrto”, Lisboa, 1926, pp. 44.

⁽¹⁰⁾ Cf. OSÓRIO, Maria I. P., “Cidade, Plano e Território – Urbanização do plano intra-muros do Porto ...”, pp. 159.

⁽¹¹⁾ Cf. CABEÇAS, Maria da Conceição; D’ARA, Concha, “Porto Monumental e Artístico-Património da Humanidade”, Porto Editora, Porto, 2001, pp. 40.

⁽¹²⁾ Cf. OSÓRIO, Maria I. P., “Cidade, Plano e Território – Urbanização do plano intra-muros do Porto ...”, pp. 160.

⁽¹³⁾ Cf. SOUSA, Armindo de, “Tempos Medievais”, in RAMOS, Luís de Oliveira (ed.) ..., pp. 127-128.

Mas em que sector da cidade instalavam-se estes dois grupos sociais supra-citados? Apesar de terem sido identificadas algumas edificações de mercadores no espaço superior do Morro da Penaventosa, a ocupação desta parte do burgo terá decaído bruscamente ao longo do século XIV, devido a um forte fenómeno de atracção exercido sobre a alta e média burguesia municipal pelo comércio e pela circulação de bens junto a zona portuária. Para a segunda metade do século XIV encontram-se delimitadas duas áreas preferenciais de instalação deste grupo social: “*ao longo do importante eixo viário que ligava a zona ribeirinha a Cimo de Vila, Rua dos Mercadores, no Souto, na Cidade e Cimo de Vila, e, possivelmente numa fase ligeiramente posterior, num segundo eixo marginal ao rio, na Fonte Taurina e na Reboleira, nas imediações do Armazém real e da Casa da Moeda.*”⁽¹²⁾ Com o intuito de demonstrar o seu poderio económico e ascensão social, a alta burguesia irá adoptar como arquitectura preferencial a *Domus Fortis*. Como bem salienta Armindo de Sousa “*o alcaide do bispo e após 1406 o do rei disporão, para si e seus homens e os presos, de torre ou torres – edifícios-fortes que tanto puderam ser cubelos da muralha como casas ameidadas erguidas sob licença especial.*”⁽¹³⁾ Ou seja, a partir do século XV a alta burguesia portuense tentará apreender para si arquitecturas altamente nobilitárias, como é o caso da *Domus Fortis*, «*sinal simbólico*» de afirmação do *seu novo estatuto*.

Falta-nos analisar outro importante grupo: o dos «*artesãos*». Apesar dos raros estudos efectuados acerca do seu enquadramento no interior do tecido urbano medieval português,⁽¹⁴⁾ os indícios da sua presença no burgo portuense são inequívocos, a começar pela própria toponímia, como é o caso da *Rua da Sapataria*. As suas habitações, indissociavelmente ligadas às oficinas de produção, deveriam encontrar-se ao longo da *Rua das Tendas* e em outros pontos de comércio estratégicos da cidade. Este grupo social, em conúbio com vendedores, mercadores e mesteirais representavam uma significativa parcela da sociedade. Em um estudo efectuado por Isabel Cardoso foram identificadas «*23 profissões presentes nas vereações entre 1390 e 1432*»,⁽¹⁵⁾ nas quais destacavam-se os ofícios de ourives e sapateiro.

O Porto também possuía uma comuna hebraica activa, a qual até ao reinado de D. João I instalava-se maioritariamente, segundo Aurora Teixeira de Castro, “*na Rua dos Fogueteiros, Monchique, Cordoaria e Virtudes.*”⁽¹⁶⁾ Contudo, a documentação referente a esta fracção da sociedade é escassa, sendo assinalável a identificação de uma sinagoga na *Rua das Aldas*, graças a um documento do episcopado de D. Afonso Pires (1359-1372), mas no período mencionado o edifício já não desempenhava funções de templo. O que aponta para uma *transferência do local de culto* para outro edifício desconhecido, anterior a deslocação

⁽¹⁴⁾ / ⁽¹⁵⁾ Cf. OSÓRIO, Maria I. P., “*Cidade, Plano e Território – Urbanização do plano intra-muros do Porto ...*”, pp. 160-161.

⁽¹⁶⁾ Cf. CASTRO, Aurora Teixeira de, “*Monografia da Cidade do Pôrto*”, Lisboa, 1926, pp. 62.

⁽¹⁷⁾ Apesar da identificação desta sinagoga na *Rua das Aldas*, Maria Isabel Osório defende que a comuna judaica viveria dispersa por diversas zonas do burgo, excluindo a sua plataforma superior, não sendo sensato afirmar a existência de uma judiaria no sítio das Aldas. Cf. OSÓRIO, Maria I. P., “*Cidade, Plano e Território – Urbanização do plano intra-muros do Porto ...*”, pp. 161-162.

⁽¹⁸⁾ Cf. CASTRO, Aurora Teixeira de, “*Monografia da Cidade do Pôrto*”, Lisboa, 1926, pp. 62-63.

definitiva para a nova sinagoga do *Campo do Olival*.⁽¹⁷⁾ De facto, “*o empraçamento do Campo do Olival por 200 maravedis velhos anuais para nele os judeus edificarem a sua comuna, é datado de 2 de Junho de 1388 e o respectivo instrumento datado de 12 de Agosto do mesmo ano, sendo procurador dos judeus um tal Ananias.*”⁽¹⁸⁾ A ocupação da zona do Campo do Olival pela comuna hebraica dispunha de estruturas próprias, como é o caso de um cemitério, ao qual era dado o nome de *almocovar*, localizado na faixa inferior da *alameda das Virtudes*.

Analisemos agora o desenvolvimento do «*traçado urbano*» medieval portuense.

3. Caracterização do «Traçado Urbano» Medieval

“*Nos finais da Idade Média, as cidades europeias, designadamente as do Sul, apresentam-se como um labirinto caótico. Tinham vindo a crescer à toa, casas empurrando casas, vielas a somar a vielas, sem plano, sem critério. E lá onde a topografia se caracterizou por densas e irregulares curvas de nível, a confusão exasperou-se. Aí o dédalo urbano, estruturado sobre uma ou duas carreiras serpeantes, compôs-se de congostas, azinhagas, quebra-costas, escaleiras e becos – além de pracetas e pátios minúsculos. Ruas houve tão estreitas que só em fila indiana podiam os homens percorrê-las. (...) Porto medieval, labiríntico, tortuoso, ladeirento, sujo e apertado (...)*”⁽¹⁹⁾

Ao nos depararmos com a descrição deste parágrafo introdutório podemos ser levados a concluir que a disposição da malha urbana medieval portuense organizou-se ao longo do seu desenvolvimento histórico, como define Armindo de Sousa, «*sem plano*» e «*sem critério*». Todavia, não devemos limitar-nos a uma análise do traçado urbano medieval através de padrões urbanísticos actuais, uma vez que estamos perante um contexto social cujas conjecturas mentais pressupunham diferentes valores de disposição do espaço.

Entre o século XII e o primeiro quartel do século XIV o centro do burgo portuense acolheu os principais espaços de encontro e, até meados do século XIV, os mais importantes exemplares da arquitectura civil e religiosa da cidade. As suas principais funções consistiam em «*captar*» e «*distribuir*» uma parte significativa dos recursos regionais, assim como das mercadorias vindas do exterior. A «*Villa*» era, simultaneamente, a sede da administração e da justiça concelhias. No interior do perímetro amuralhado, encontrar-se-ia a morada dos principais oficiais régios, como o meirinho, e dos oficiais da justiça, inicialmente nomeados pelo bispo, como os juízes.

Para a execução das ditas funções empregavam-se um número reduzido de indivíduos, os quais poderiam agrupar-se em um espaço não muito estruturado, podendo aplicar-se o mesmo discurso relativamente aos equipamentos que existiam destinados ao consumo interno de bens e serviços. Só em uma fase posterior à abertura da zona portuária ao comércio com o Norte e Centro da Europa e da consolidação da cidade como um pólo de atracção das regiões circunstantes, é que o movimento mercantil e comercial provocou uma crescente profissionalização e uma maior diversificação de estatutos sociais, factor que conduziu ao surgimento de novos equipamentos, os quais exigiam o emprego de um número superior de

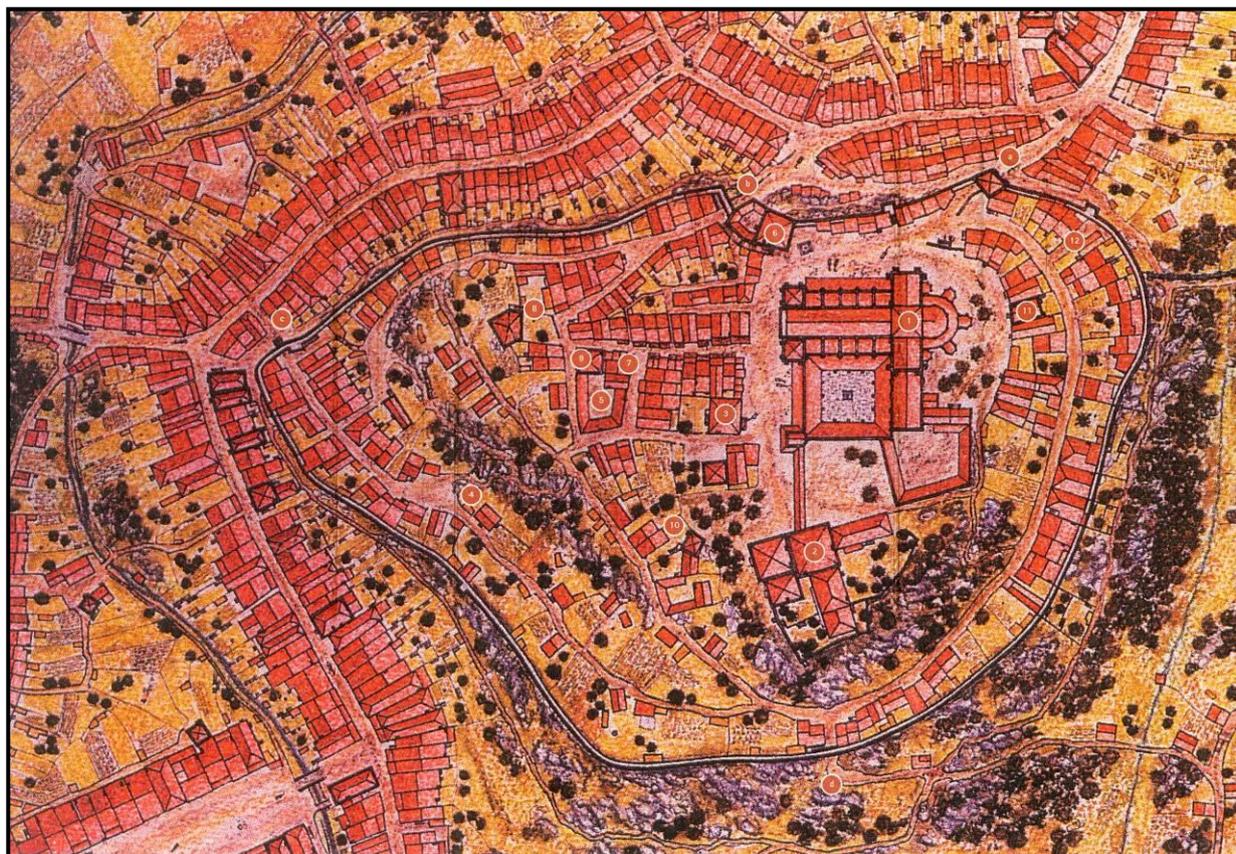
⁽¹⁹⁾ Cf. SOUSA, Armindo de, “*Tempos Medievais*”, in RAMOS, Luís de Oliveira (ed.) ..., pp. 146.

indivíduos, como foi o caso da «*Alfândega*» e da «*Casa da Moeda*». Mas este contexto já caracteriza a cidade organizada em dois pólos: a «*Villa Alta*» e a «*Villa Baixa*».

Do «*burgo vetero*» dos inícios do século XII muito pouco se sabe. As fontes escritas, referentes à cronologia em questão, são escassas e as intervenções arqueológicas realizadas no Morro da Sé iniciaram-se apenas em 1984⁽²⁰⁾. Não existem plantas, muitos menos esboços de alçados edificados que demonstrem o aspecto urbanístico do burgo anterior ao século XVI.⁽²¹⁾ Perante tão poucas fontes tentaremos estabelecer um contínuo paralelismo dos dados documentais e arqueológicos que tivemos a oportunidade de aceder.

⁽²⁰⁾ Cf. OSÓRIO, Maria I.P.; REAL, Manuel L.; TÁVORA, Maria J.; TEIXEIRA, Filipe F., “*Escavações Arqueológicas no Morro da Sé*”, *Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª Série, vol. 3-4, Porto, 1985/86, pp. 7-44 – Obra de suma importância para o reconhecimento do contributo arqueológico proveniente da primeira fase de intervenções realizadas. Esta publicação consta inclusive das plantas e dos perfis efectuados aquando da intervenção no actual *Arqueosítio da Rua de D. Hugo nº 5*. Cf. SILVA, António Manuel S.P., “*Duas décadas de Arqueologia Urbana na Cidade do Porto*”, *Actas dos Encontros do Património de Vila do Conde*, Câmara Municipal de Vila do Conde, Vila do Conde, 2003, pp. 35-49 – Obra mais recente que actualiza e complementa algumas das considerações efectuadas na obra anterior.

⁽²¹⁾ A primeira representação da cidade do Porto aparece em uma carta de navegação, datada de 1583, a qual foi inserida por Lucas Waghenauer na sua obra – *Sieghel der Zeevaerdt*. Todavia, para nós reveste-se de particular interesse a carta nº. 97, incluída no 5º fascículo da colectânea de Willem Jansz Blaeu, intitulada – *Zeespiel*. Esta carta topográfica, que abrange um largo trecho da costa Norte de Portugal, delinea o aglomerado do burgo portuense. Cf. FIGUEIREDO, Fernando Jorge da Silva, “*Porto à Vista. As mais antigas vistas da Cidade do Porto*”, *Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2003, pp.14 /31/148.



» O «*Burgo Velho*» segundo a Planta do Porto Medieval

- Muralha: a) Porta de Vandôma; b) Porta de S. Sebastião; c) Porta de Sant`Ana; d) Porta das Mentiras

- Edifícios: 1-Catedral; 2-Paço do Bispo; 3-Audiência Eclesiástica; 4-Alfândega do Bispo e Açougue Eclesiástico (loc.aprox.); 5- Açougues do Concelho; 6-Paço do Concelho; 7-Casa da Almotaçaria; 8-Açougues do povo e Torre da Sapataria (loc.aprox.); 9-Torre da Capela de Alôes; 10-Casa do Cónego Duarte Góis (loc.aprox.); 11-Casa do Cónego Afonso Luís; 12-Casa da desaparecida viela, junto ao Redemoinho;

Figura 1: O «*Burgo Velho*» segundo a Planta do Porto Medieval

Fonte: REAL, Manuel Luís, “*A Construção Medieval no sítio da Sé*”, *Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, DGEMN, Lisboa, Março 2001, pp. 10.

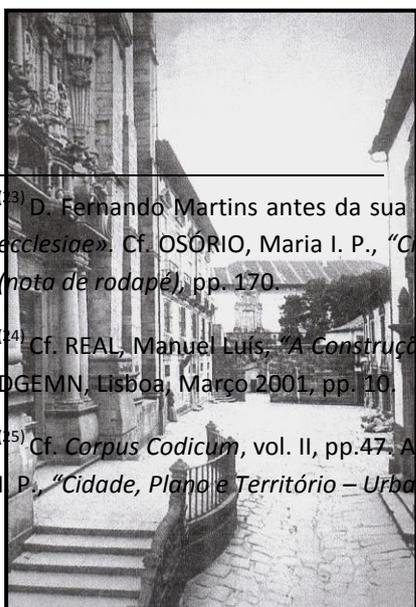
Antes de avançarmos, devemos referir que acerca dos materiais empregues sabemos que, maioritariamente, as estruturas seriam constituídas por elementos perecíveis, como a madeira ou o tabique e cobertas de colmo ou por outras componentes vegetais; raros seriam os casos de edificações em pedra e telha nesta fase. No auxílio da determinação dos materiais utilizados, mais uma vez é-nos elucidativa a toponímia (*sendo exemplo a Rua dos Palhais*).⁽²²⁾

No período a que nos reportamos, a extensão do espaço ocupado pela Igreja do Porto, no interior do perímetro amuralhado pela cerca românica é indissociável da inexistência de um outro poder a que a ela se opusesse, bipolarizando assim o recinto. Do conjunto arquitectónico

⁽²²⁾ Cf. SOUSA, Armindo de, “*Tempos Medievais*”, in RAMOS, Luís de Oliveira (ed.) ..., pp. 128.

constituído pela «Sé», «*Claustro Gótico*» e «*Casa do Capítulo*»; a «Sé» foi o primeiro edifício a ser construído. Tudo indica que o início da sua edificação data do episcopado de D. Fernando Martins (1176-1185).⁽²³⁾ Previamente a esta Sé Catedral existiria uma basílica pré-românica, um edifício de reduzidas dimensões, o qual foi classificado como «*ermida*» em uma inquirição de D. Afonso IV.⁽²⁴⁾ Já o «*Claustro Gótico*» terá sido construído em finais do século XIV; e a «*Casa do Capítulo*» foi erguida apenas nos inícios do século XVIII.

Paralelamente a esta área dispunham-se quatro importantes centros de encontro da cidade: «*o alpendre de S. João*», «*o átrio de Santa Maria*», «*o espaço do mercado*» e «*o alpendre das casas do Bispo*», todos estes espaços partilhavam em comum o acesso através da *Porta de Vandôma*, principal entrada do burgo românico. Esta porta era a única que facultava tráfico tanto a carroças, como a peões e animais de carga. O dito «*alpendre de S. João*», onde actualmente encontra-se instalada a *Galilé Nasoniana*, foi durante grande parte do período analisado, um importante pólo de reuniões dos «*homens bons*». No que diz respeito ao «*átrio de Santa Maria*», localizado por detrás da antiga capela-mor românica, este viria a constituir no século XIV um importante centro habitacional das classes de estatuto superior. Já o mais importante dos quatro espaços - «*o mercado*» - situar-se-ia no adro e na envolvência da Sé, desde o episcopado de D. Martinho Rodrigues (1191-1253). Não encontra-se referido nas fontes a periodicidade da sua realização, porém conhecemos a ordem proferida pelo monarca: «*Et mando quod Episcopus faciat fieri mercatum ante sanctam Mariam quare melius populabitur propter hoc ipsum castellum*»⁽²⁵⁾ Ainda hoje são identificáveis duas medidas-padrão em um dos contrafortes na fachada da Sé Catedral, apesar da recente intervenção realizada na mesma, a qual reduziu as marcas a meros traços. O mercado era um importante pólo de atracção dos habitantes das regiões circundantes ao burgo, atraindo vagas de clientes, que regularmente vinham tirar partido das múltiplas vantagens que a cidade oferecia, ao concentrar em um mesmo espaço actividades e profissionais tão diversificados como o açougue, os tendeiros, o notário, os sapateiros, (...).



⁽²³⁾ D. Fernando Martins antes da sua morte, em 1185, deixou alguns escravos sarracenos aos «*operi eiusdem ecclesiae*». Cf. OSÓRIO, Maria I. P., «*Cidade, Plano e Território – Urbanização do plano intra-muros do Porto ...*, (nota de rodapé), pp. 170.

⁽²⁴⁾ Cf. REAL, Manuel Luís, «*A Construção Medieval no sítio da Sé*», *Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, DGEMN, Lisboa, Março 2001, pp. 10.

⁽²⁵⁾ Cf. *Corpus Codicum*, vol. II, pp.47. A citação utilizada neste trabalho é proveniente da obra de OSÓRIO, Maria I. P., «*Cidade, Plano e Território – Urbanização do plano intra-muros do Porto ...*, (nota de rodapé), pp. 172.

Figura 2: *Imagens da Sé Catedral do Porto antes das demolições de 1940 e actualmente.* Pormenor das duas medidas – padrão identificadas na fachada principal.

Fonte: (fotografia a preto e branco) REAL, Manuel Luís, “*A Construção Medieval no sítio da Sé*”, *Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, DGEMN, Lisboa, Março 2001, pp. 14.

Porém, como salienta Maria Isabel Osório, “*no adro da Sé convivem mortos e vivos e, por cima dos sepulcros troca-se dinheiro e toda a espécie de produtos. Ao isolamento a que os mortos eram voltados pelas antigas práticas pagãs, sucede o cemitério medieval, um chão pisado no quotidiano das populações.*”⁽²⁶⁾ Infelizmente as fontes disponíveis para a cronologia em questão não são capazes de delimitar a área de dispersão, muito menos o percurso evolutivo a que o «*cimiterium*» mencionado pelo “*cruzado Ranulfo e os vereadores de 1390*”⁽²⁷⁾ esteve sujeito.

Nas proximidades da *Casa do Capítulo* existiria um poço,⁽²⁸⁾ o qual foi descoberto nos anos 40. Também encontrar-se-ia nesta zona o último dos quatro espaços supracitados, «*o alpendre das casas do Bispo*». Seria fruto da interveniência do episcopado a instalação na Rua das Tendas do seu *auditório eclesiástico*, do *tribunal dos clérigos* e do *cárcere*, bem como seriam representativas deste conjunto arquitectónico, as estruturas do *celeiro do bispo*. Devemos fazer menção ainda a *Rua das Sapatarias*, a qual para além de se tratar de uma das primeiras ruas documentadas do Porto, classificaria uma das áreas centrais da zona intra-muros, e por esta razão, um dos arruamentos mais propícios à instalação de artesãos.

Os finais do século XII e princípios do século XIII assinalaram um grande crescimento do Porto para fora da cerca românica. Foram inclusive, para o século XIII, documentados os primeiros açougues portuenses (*em 1275*)⁽²⁹⁾, sendo identificada a fixação dessas estruturas, em 1282, ao fundo da Rua do Paço. Durante o século XIV, graças a separação entre «*açougues de carne*» e «*açougues de peixe*», ocorreria a transferência dos segundos para a zona da Ribeira. Já na *Rua da Penaventosa*, localizar-se-iam os fornos da cidade, os quais em uma primeira fase serviriam apenas aos habitantes da zona intra-muros. “*Enfim, em 1339, (...)*

⁽²⁶⁾/⁽²⁷⁾ Cf. OSÓRIO, Maria I. P., “*Cidade, Plano e Território – Urbanização do plano intra-muros do Porto ...*, (nota de rodapé), pp. 170-171.

o Porto era uma cidade importante, maior em arrabalde do que em Almedina, decididamente comercial e marítima, capital de vastíssima região económica.”⁽³⁰⁾

De facto, a primeira cintura de muralhas no ano das inquirições de D. Afonso IV já não englobava grande parte do prolongamento do tecido urbano portuense. Fruto, em parte, dos conflitos entre o monarca e o seu filho, e da perspicácia da alta burguesia local, a primeira grande ampliação das muralhas que circulavam o Porto efectuou-se. E só graças à iniciativa régia é que tal obra poderia ter sido levada a cabo. A erroneamente designada «*Muralha Fernandina*» necessitou de quinze anos (1355-1370) para que fosse concluída. E após a sua conclusão, o espaço urbano estruturar-se-ia segundo três áreas distintas: a «*Alta*», constituída pelo Morro da Sé; a «*Baixa*», definida pela zona da Ribeira e o «*Monte do Olival*».

A *definir* e a *estruturar* estes novos espaços, possuímos todo um conjunto de «*portas e postigos*», bem como um número considerável de «*ruas*», dispostas sobre dois eixos principais: um que interliga da *Praça da Ribeira* à *Porta de Cimo de Vila* e, um segundo, que iniciava-se na *Reboleira* e terminava à *Porta do Olival*. Para nós a sinalização dessas vias revela-se de particular interesse, uma vez que “*quando a cidade decidir, em 1391, edificar estalagens (...), vai precisamente distribuí-las ao longo desses dois percursos.*”⁽³¹⁾ Apesar de actualmente existirem apenas cinco ou seis artérias relativamente originais⁽³²⁾, o número de vias de circulação seria muito superior. Na fase em questão, como o fluxo comercial do Porto centrava-se sobretudo voltado para o Douro, tudo parece indicar que existiriam apenas duas portas pela parte superior da muralha: a *do Olival* e a *de Cimo de Vila*.

Também obra da política joanina foi o projecto da «*Rua Nova*», a qual foi designada “*formosa*” pelo monarca. Esta via de circulação, que define-se como o primeiro projecto urbanístico planificado do Porto, contribuiu definitivamente para a redefinição da zona baixa ribeirinha. O início da sua abertura remonta-se a última década do século XIV, tendo sido concluída apenas nos finais do século XV. “*A partir de 1406, as rendas e foros dos edifícios sítos nela foram destinados a pagar aos bispos a indemnização pecuniária acordada no contrato de cedência aos reis do senhorio do Porto.*”⁽³³⁾ Desde a sua planificação, a *Rua Nova* foi concebida de forma a constituir o principal centro de encontro da alta burguesia portuense. Um factor que demonstra o sucesso das suas prerrogativas é a transformação, no decorrer do século XVI, do então *postigo* de Miragaia, em *porta nobre* de acesso à cidade.

A configuração da *Rua Nova* parece ser contemporânea ao desenvolvimento de novos métodos construtivos na cidade do Porto. A década de noventa do século XV documenta

⁽²⁸⁾ Cf. SOUSA, Armindo de, “*Tempos Medievais*”, in RAMOS, Luís de Oliveira (ed.) ..., pp. 129.

⁽²⁹⁾ Cf. OSÓRIO, Maria I. P., “*Cidade, Plano e Território – Urbanização do plano intra-muros*”, pp. 175.

⁽³⁰⁾ Cf. SOUSA, Armindo de, “*Tempos Medievais*”, in RAMOS, Luís de Oliveira (ed.) ..., pp. 134.

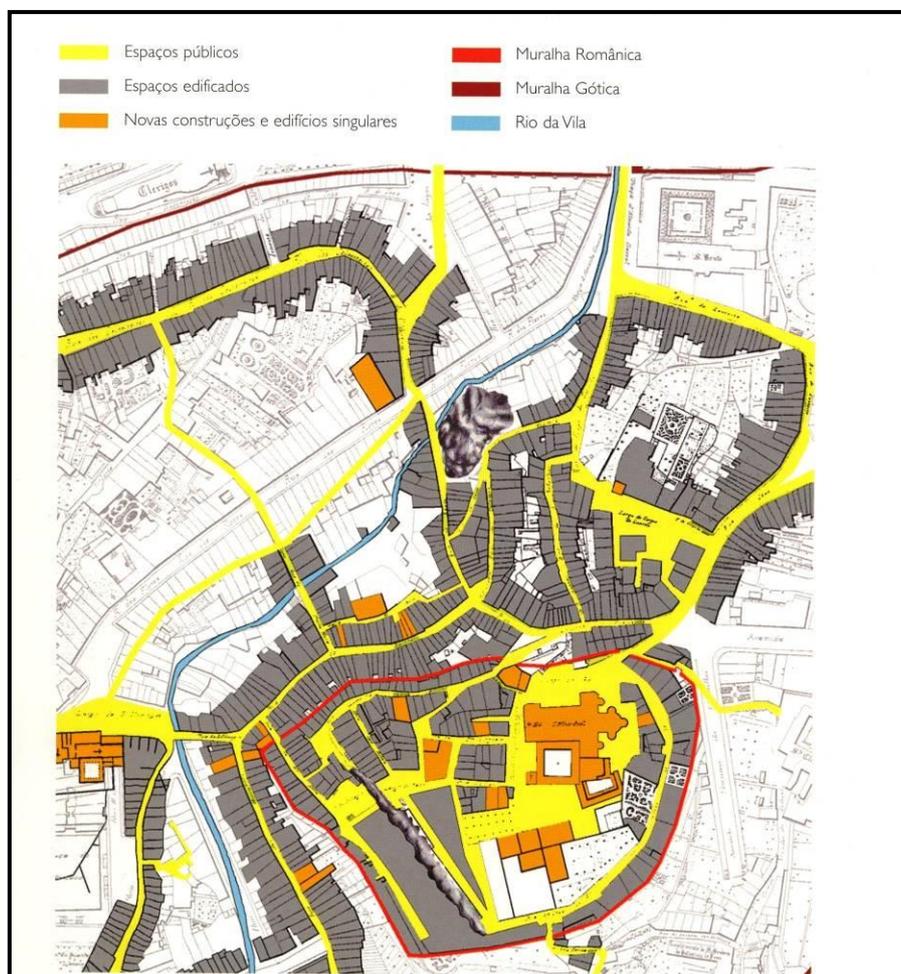
⁽³¹⁾ Vereações de 1390-1395. A citação utilizada neste trabalho é proveniente da obra de SOUSA, Armindo de, “*Tempos Medievais*”, in RAMOS, Luís de Oliveira (ed.) ..., pp. 143.

⁽³²⁾ Cf. REAL, Manuel Luís, “*A Construção Medieval no sítio da Sé*” ..., pp. 12.

⁽³³⁾ Cf. SOUSA, Armindo de, “*Tempos Medievais*”, in RAMOS, Luís de Oliveira (ed.) ..., pp. 147.

⁽³⁴⁾ Cf. REAL, Manuel Luís, “*A Construção Medieval no sítio da Sé*” ..., pp. 12.

referências explícitas a utilização de taipa e aos seus artífices – os taipeiros. ⁽³⁴⁾ Esta inovação construtiva será de particular importância, auxiliando não só na prevenção de incêndios, mas contribuindo para uma melhor estabilização das arquitecturas edificadas.



» O Porto em fins da Idade Média

- Muralha Gótica (portas e postigos actualmente identificados): Porta de Vandôma/ Porta de S. Sebastião/ Porta de Sant'Ana/ Porta das Mentiras/Porta Nobre ou Nova/ Postigo do Pereira ou da Lingueta/ Postigo da Terreirinha/ Postigo do Carvão (único que chegou aos nossos dias)/ Postigo do Peixe/ Porta da Ribeira/ Postigo do Pelourinho/ Postigo da Forca/ Postigo da Madeira ou da Lada/ Postigo da Areia ou dos Tanoeiros/ Postigo dos Carvalhos do Monte ou Porta do Sol/ Porta de Cima de Vila/ Postigo das Hortas ou Porta de Carros/ Postigo de Santo Elói/ Porta do Olival/ Porta ou Postigo das Virtudes/ Porta da Nossa Senhora da Esperança;

Figura 3: O Porto em fins da Idade Média

Fonte: BARROCA, Mário Jorge; CARVALHO, Teresa Pires de; GUIMARÃES, Carlos, “*Bairro da Sé do Porto. Contributo para a sua caracterização histórica*”, Câmara Municipal do Porto, Porto, 1996, pp. 26.

Em conclusão desta síntese, analisemos dois espaços habitacionais que apesar de dispersarem-se por áreas muitas vezes sobrepostas, merecem, com base nos estatutos sociais a que se destinavam, considerações particulares. Nos referimos «*ao espaço de residência dos clérigos*» e «*as demais habitações privadas*».

No caso específico do «*espaço de residência dos clérigos*» salientamos duas zonas de ocupação: o «*edifício do Paço Episcopal e seus terreiros*» e de modo particular a «*Rua do Redemoinho*». É sabido que os clérigos habitavam outras partes da cidade, como revela-nos um documento acerca da distribuição imobiliária do Cabido entre 1550 e 1570. ⁽³⁵⁾ Todavia, a *Rua do Redemoinhos*, posteriormente denominada de *Rua dos Cónegos*, possuía a dupla vantagem de localizar-se em uma zona marginal face aos principais eixos de circulação do espaço intra-muros, não deixando por isso de ficar próxima a *Sé* e ao *Paço Episcopal*. Além disso, ao que tudo indica, existiria uma ligação entre a actual *Rua do Beco dos Redemoinhos* e a antiga «*Rua do Redemoinho*». Graças as intervenções arqueológicas no edifício nº 5 da

actual Rua de D. Hugo, foi descoberto um possível beco, até o momento desconhecido, que ligava a rua pública à zona superior da cerca.

Pertença do Cabido do Porto era uma casa em pedra que sobreviveu até aos nossos dias nas traseiras da Sé Catedral, na já mencionada *Rua do Beco dos Redemoinhos*. Em função desta casa, onde vivia em 1479 o cônego Afonso Luís, foi inclusive efectuado um projecto de restauro pelo *Professor João Barreira* ⁽³⁶⁾, porém que tenhamos informação, este não foi levado a término. Outra casa de propriedade eclesiástica foi demolida em 1934, para que neste local viesse a ser construído o Terreiro da Sé. Posteriormente, foi reedificada (*sem respeitar rigorosamente o plano original*) à face da Rua de D. Pedro de Pitões, local onde instalou-se o antigo Gabinete de História da Cidade. Dispomos de informação de outras duas moradas pertencentes ao Cabido: a dita «*Torre da Sapataria*» (*edifício que deveria corresponder à residência, no ano de 1549, do arcebispo Manuel de Sá*) e a «*Casa do cônego Duarte Góis*» (*a qual localizar-se-ia próximo ao Paço Episcopal*). ⁽³⁷⁾

Passando às «*demais habitações privadas*», devemos realçar que o maior número de *Domus Fortis* presentes no burgo portuense localizar-se-iam junto as principais vias de acesso, particularmente, em zonas novas da cidade. No centro do «*burgo vetero*», porventura das intervenções realizadas à partir de 1984, foi identificada a parede meridional de uma construção em pedra, com primeiro andar, onde são visíveis um portal e uma segunda abertura de interpretação incerta. Hoje, a estrutura assenta na Sede Regional da Ordem dos Arquitectos. Nada se conhece acerca do proprietário desta parede identificada e designada como «*Casa da Rua de D. Hugo nº 5*».

A respeito da habitação corrente é-nos fonte preciosa, como tem vindo à ser até o momento, o acervo documental do Cabido. De facto, os documentos nele contidos fazem referência a inúmeros *alpendres, escadas exteriores, sobrados, etc.* Mas o grande obstáculo que a nós se impõe é a ausência de um levantamento arqueológico sistemático no Morro da Penaventosa e adjacências. Contudo o desenvolvimento de tal procedimento é inviável, devido a elevada concentração populacional actual neste sector da cidade. Também devemos ter presente que grande parte das estruturas seria edificada em materiais perecíveis (*como já tivemos oportunidade de expor*) restando assim ao registo arqueológico (*na melhor das hipóteses*) apenas um considerável número de estruturas em negativo.



⁽³⁵⁾ Cf. OSÓRIO, Maria I. P., “*Cidade, Plano e Território – Urbanização do plano intra-muros...*”, pp. 177.

⁽³⁶⁾ Cf. PASSOS, Carlos de, “*Porto: Notícia Histórico – Archeologica e Artística da Cathedral e das Igrejas de Cedofeita e S. Francisco*”, Litografia Nacional, Porto, 1929, pp. 13.

⁽³⁷⁾ Cf. REAL, Manuel Luís, “*A Construção Medieval no sítio da Sé*”, pp. 17.

Figura 4: *Imagens da Casa do Beco dos Redemoinhos*

Fonte: (fotografia à preto e branco): BASTO, Artur de Magalhães, “*História da Cidade do Porto*”, Portucalense Editora, Porto, 1962, pp. 135.

Para que possamos reconhecer de forma mais aprofundada o desenvolvimento do burgo medieval, resta-nos apenas aguardar pela execução de futuras sondagens arqueológicas, as quais em associação aos programas de recuperação arquitectónica e reabilitação urbana das áreas degradadas do Centro Histórico do Porto, que estão a ser desenvolvidas desde 1975, pelo *Comissariado para a Recuperação Urbana da Área Ribeira – Barredo (CRUARB)*, podem vir a representar uma nova e vital fonte documental a ter-se em consideração nos próximos anos.

4. Considerações Finais

Após as várias conclusões já antecipadas, devemos por último examinar, embora que a breves traços, as prerrogativas dos principais agentes históricos ao longo do desenvolvimento do «*plano urbanístico*» portuense até a actualidade. Para isso, retrocedamos o nosso discurso aos finais do século XII e aos inícios do século XIII, fase em que o burgo ainda consistia em um espaço de reduzidas dimensões, onde as principais arquitecturas existentes remetiam-se à propriedade eclesiástica, categoria social que buscava a todo o custo manter o seu monocentrismo urbano. Na segunda metade do século XIII presenciamos ao despontar da polaridade da vida da cidade. De agora em diante, a zona da Ribeira progressivamente irá afirmar a sua posição, factor que terá consideráveis repercussões na dinâmica do antigo espaço episcopal. A decadência funcional da área nuclear da cidade acompanhará o fenómeno de declínio da jurisdição senhorial, iniciando um longo processo de centralização do poder real.

No século XV a «*Villa Alta*» e a «*Villa Baixa*» eram definitivamente dois espaços fundamentados em duas concepções políticas que pressupunham diferentes definições acerca do habitar. Com a transferência da comuna judaica para o «*Monte do Olival*», conduzida sob a égide de D. João I, assistimos a uma verdadeira obra política de segregação étnica, uma vez que apesar de inseridos intra-muros, os judeus localizavam-se numa posição descentralizada da zona comercial portuária, a qual voltava-se ao *progresso*.

A partir do século XVI caberá a Igreja de São Lourenço ocupar uma larga porção central do antigo burgo. Já as grandes reformas do Período Barroco encarregar-se-ão de redefinir grande parte dos edifícios eclesiásticos, com destaque para o *Paço Episcopal*. Ao século XIX será delegada a demolição das antigas portas da muralha (S. Sebastião em 1819, Sant`Ana em 1821 e Vandôma em 1855). Finalmente, nos anos 30 e 40 do século passado, o Estado Novo procedeu a uma demolição sistemática de vários quarteirões, em nome da «*higienização*». Todo este processo concluirá com a renovação do acesso e a monumentalização dos dois

edifícios emblemáticos da cidade: a «*Sé Catedral*» e o «*Paço do Bispo*», sendo o último transformado, nesta fase, em sede do poder municipal.

4. Referências Bibliográficas

»ANDRADE, Monteiro de, “*Plantas Antigas da Cidade (século XVIII e primeira metade do século XIX)*”, *Publicações da Câmara Municipal do Porto*, Porto, 1943;

»AZEVEDO, Rogério, “*A Arquitectura Medieval Portucalense e as suas Implicações Antecedentes*”, *Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXXI – fascs. 1-2, Porto, 1968, pp. 5-17;

»AZEVEDO, Rogério, “*As Implicações Antecedentes da Arquitectura Medieval Portucalense (Cale, Portucale e Porto)*”, *Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. XXXI – fascs. 3-4, Porto, 1968, pp. 7-79;

»AZEVEDO, Rogério, “*O Porto desde a Proto – História à Época do Infante D. Henrique*”, *Separata do «STVDIVM GENERALE» do Centro de Estudos Humanísticos (número especial dedicado ao Infante D. Henrique)*, Porto, 1960, pp. 5-47;

»BARROCA, Mário Jorge; CARVALHO, Teresa Pires de; GUIMARÃES, Carlos, “*Bairro da Sé do Porto. Contributo para a sua caracterização histórica*”, *Câmara Municipal do Porto*, Porto, 1996;

»BASTO, Artur de Magalhães, “*História da Cidade do Porto*”, *Portucalense Editora*, Porto, 1962;

»BASTOS, Carlos de (coord.), “*Nova Monografia do Porto*”, *Companhia Portuguesa Editora*, Porto, 1938;

»CABEÇAS, Maria da Conceição; D’ARA, Concha, “*Porto Monumental e Artístico -Património da Humanidade*”, *Porto Editora*, Porto, 2001;

»CASTRO, Aurora Teixeira de, “*Monografia da Cidade do Pôrto*”, *Instituto Superior de Comércio de Lisboa*, Lisboa, 1926;

»CORRÊA, Mendes, “*As Origens da Cidade do Porto (Cale, Portucale e Pôrto)*”, *Fernando Machado & C^a – Editores*, 2^a Edição, Porto, 1935;

»FIGUEIREDO, Fernando Jorge da Silva, “*Porto à Vista. As mais antigas vistas da Cidade do Porto*”, *Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2003;

»GASPAR, Jorge, “*As Regiões Portuguesas*”, *Ministério do Planeamento e da Administração do Território*, Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, Lisboa, 1993;

- »**MORENO, Humberto Baquero**, “*Os Judeus Portuenses nos séculos XV e XVI*”, *Separata da Revista de Ciências Históricas*, vol. VIII, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, 1993, pp. 55-64;
- »**OLIVEIRA, J.M. Pereira de**, “*O Espaço Urbano do Porto. Condições Naturais e Desenvolvimento*”, *Dissertação de Doutoramento em Geografia*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1973;
- »**OSÓRIO, Maria I. P.**, “*Cidade, Plano e Território – Urbanização do plano intra-muros do Porto (século XIII – 1ª metade do século XIV)*”, *Dissertação de Mestrado em Arqueologia*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1994;
- »**OSÓRIO, Maria I.P.; REAL, Manuel L.; TÁVORA, Maria J.; TEIXEIRA, Filipe F.**, “*Escavações Arqueológicas no Morro da Sé*”, *Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª Série, vol. 3-4, Porto, 1985/86, pp. 7-44; 24 Estampas;
- »**PASSOS, Carlos de**, “*Porto: Notícia Histórico – Archeologica e Artística da Cathedral e das Igrejas de Cedofeita e S. Francisco*”, *Litografia Nacional*, Porto, 1929;
- »**RAMOS, Luís A. de Oliveira (coord.)**, “*História do Porto*”, *Porto Editora*, Porto, 1995;
- »**REAL, Manuel Luís**, “*A Construção Medieval no sítio da Sé*”, *Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, DGEMN, Lisboa, Março 2001, pp. 9-19;
- »**SILVA, António Manuel S.P.**, “*Dois décadas de Arqueologia Urbana na Cidade do Porto*”, *Actas dos Encontros do Património de Vila do Conde*, Câmara Municipal de Vila do Conde, Vila do Conde, 2003, pp. 35-49;
- »**SOARES, Torquato Brochado de Souza**, “*Subsídios para o estudo da Organização Municipal da Cidade do Pôrto durante a Idade Média*”, *Dissertação de Doutoramento na secção de Ciências Históricas*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Barcelos, 1935;